Ata da 12ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Aos treze dias do mês de junho de 2019, às 9h18min, na sede do Ministério Público Estadual do Tocantins, em Palmas, Tocantins, o Procurador de Justiça e Coordenador do Fórum, José Maria da Silva Júnior, deu início à 12ª Reunião Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes e solicitou aos participantes que se apresentassem. Lista de presença no anexo I. Lembrou do IV Encontro Estadual do Fórum e solicitou a todos mobilização para o evento. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1 – aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária do Fórum; 2 – informes da Coordenação; 3 – apresentação da Prof. Patrícia Guarda sobre a presença de agrotóxicos na região de Formoso do Araguaia; 4 - informes das ações da Rede Analítica PQA; 5 - informes dos relatores das Comissões Temáticas 1,2 e 3; 6 - palavra livre e encerramento. Com relação ao item 1º da pauta, a Ata da 11ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. No 2º item da pauta, o Coordenador do Fórum apresentou os informes: I – O professor Ângelo Balduíno não pôde apresentar os dados de sua tese por estar em fase de defesa; II - A reunião da Rede Analítica será realizada no dia 13 de junho de 2019 a tarde, na SES-TO, uma vez não foi possível realizar a reunião anteriormente por aguardar a vinda a Palmas do professor Jackson Barbosa da UFMT; III - As discussões sobre o depósito para armazenar produtos apreendidos pararam na 2ª reunião para que o Fórum pudesse verificar os exemplos de outros Estados brasileiros; IV - A Comissão Temporária de Políticas Públicas foi criada na última reunião ordinária e deveria ter sido chamada para a primeira reunião para escolha do relator. Esta comissão tem 180 dias para dar andamento aos trabalhos; V - O Sistema Web parou por falta de contato com a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. No 3º item da pauta, a professora Patrícia Martins Guarda informou que a apresentação sobre os dados da última campanha de coletas em Formoso do Araguaia foi realizada na 11ª Reunião Ordinária do Fórum. No 4º item da pauta foram apresentadas as ações da Rede Analítica PQA. O professor Emerson Adriano Guarda relatou as dificuldades em atingir as metas definidas para a Rede Analítica e que as atividades na UFT estão estagnadas. As questões emergenciais apresentadas foram: a necessidade de reformar e certificar o laboratório (Lapeq) da UFT. Estimou que o orçamento previsto para a reforma estrutural é de 150 mil reais a 200 mil reais. Neste sentido, o Dr. José Maria da Silva Júnior elencou que intensificará no Ministério Público Estadual do Tocantins a importância da parceria nas transações penais. A Dra. Gisela Nabuco informou que a segunda parte da reforma está com problemas em relação ao termo a ser firmado com a construtora. No 5º item, os relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 realizaram os informes das respectivas comissões. O relator da Comissão Temática 1, Bruno Augusto Dias, representante do IBAMA, informou que na última reunião da Comissão Temática 1 foi apresentada a questão da logística reversa, o projeto itinerante e a criação de calendário para fiscalizações no Estado. A comissão levantou informações com a Adapec e Naturatins quanto às questões da produção rural no Estado do Tocantins. O representante da Adapec, Juliano Milhomem, destacou uma ação conjunta realizada em uma propriedade rural no Município de Talismã para verificação de pulverização aérea e terrestre. Informou que não constato a pulverização aérea e que todas as informações forma repassadas ao responsável da propriedade. O senhor Carlos Cesar Barbosa, também representante da Adapec fez um alerta quanto à importância de se intensificar as fiscalizações nos frigoríficos e focar em ações com pecuaristas, uma vez que estes também utilizam agrotóxicos nas pastagens, havendo sérios riscos de contaminação animal por agrotóxico. O Dr.

2 3

4

5

6

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: b29edc9c - 9c5d2a35 - a7909d3a - 6ac24f0e



José Maria considerou importante apresentar estas informações à Comissão Temática 1, para as providências necessárias. A senhora Mary Ruth da Secretaria Estadual de Saúde - SES/TO, apontou preocupação quanto às embalagens de dones sanitários, que são produtos inseticidas. Informou haver um acúmulo de embalagens desses produtos no passivo de 10 anos e estimou cerca de 10 toneladas em todo o Estado do Tocantins, uma vez que o descarte dessas embalagens tem sido feita com muita dificuldade. Elencou ainda que as SES-TO está tentando uma parceria com o Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e órgãos de fiscalização, porém tem encontrado dificuldades principalmente porque o Ministério da Saúde não faz a regulamentação necessária quanto a estes produtos. O Coordenador do Fórum, Dr. José Maria, argumentou que de acordo com a logística reversa o responsável pelas embalagens é o fabricante. Sugeriu que seja realizado um levantamento quanto aos fabricantes para que estas informações sejam encaminhadas ao Fórum Nacional, com o objetivo de obter informações e soluções quanto ao exposto. O professor Jackson Barbosa, da UFMT, expôs que a Saúde do Trabalhador não pode receber estas embalagens, uma vez que o fracionamento dessas substâncias inseticidas é ilegal. Em seguida, a relatora da Comissão Temática 2, Gisele Akemi, representante da SES-TO apresentou as ações da SES-TO e da comissão. Expôs que em relação ao objetivo "Incentivar e propor ações que tenham por objeto o referente aos impactos dos agrotóxicos, inclusive às relacionadas ao ambiente do trabalho" as ações da SES-TO foram: realização de inspeções em três fazendas para levantamento de risco e investigação de surto de intoxicação exógena relacionada aos agrotóxicos, cujos relatórios foram enviados ao MPE-TO e ao MPT. No que tange ao objetivo "Fomentar e acompanhar a realização de ações de caráter preventivo, incluindo também ações educativas, assim como as que tenham por escopo o diagnóstico e tratamento de indivíduos expostos aos impactos dos agrotóxicos e produtos afins" as ações realizadas pela SES-TO foram: - apresentação na Assembleia pelo Secretário de Saúde sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana; - web conferência como os municípios do Tocantins sobre intoxicação exógena por agrotóxicos; - sensibilização no acolhimento dos médicos do Programa mais Médicos sobre cuidados clínicos na intoxicação exógena por agrotóxicos: diagnóstico, notificação e tratamento. As ações da comissão foram: - divulgação via grupo whatsapp sobre cursos, palestras, capacitações, eventos de relevância para a comissão e para o Fórum; - monitoramento e divulgação de decretos, normas e propostas governamentais, boletins, cartilhas que impactem a saúde humana e ambiental referente ao uso dos agrotóxicos; - participação na consulta pública da ANVISA sobre uso de glifosato; - apoio na organização do IV Encontro Estadual do Fórum. Em relação ao objetivo "Incentivar e propor ações que tenham por objeto o cumprimento das normas de proteção ao meio ambiente referente ao uso dos agrotóxicos" as ações da SES-TO foram: - continuidade ao Projeto de Vigilância a populações expostas aos agrotóxicos; - monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano, com a Semus; - produção de cartilha. As ações da comissão foram: - acompanhamento das consequências da PL nº 6.299/2002 com liberações de registros de novos agrotóxicos e do monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano. O representante da Adapec, Carlos Cesar, elencou a necessidade de propor ações para incentivar o treinamento de trabalhadores do campo no Estado do Tocantins, tendo em vista o que dispõe a NBR31. A senhora Gisele Akemi sugeriu que estas ações devem ser integradas à Comissão Temática 1. Em continuidade às ações da Comissão Temática 2, a relatora apresentou que quanto ao objetivo "Fomentar e incentivar ações que previnam a ocorrência de danos ambientais causados pelo uso dos agrotóxicos" as ações da comissão foram:

53

54

55

56

57 58

59

60

61 62

63 64

65

66

67

68

69 70

71

72

73

74 75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85 86

87

88 89

90

91 92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a dhave, b29edc9c - 9c5d2a35 - a7909d3a - 6ac24

29edc9c - 9c5d2a35 - a7909d3a - 6ac24f0e

9

-a participação dos membros e convidados da comissão no Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais. Para o objetivo "Fomentar e acompanhar as ações que tenham por escopo o diagnóstico de áreas contaminadas pelos agrotóxicos" as ações da comissão foram: -participação na reunião da rede analítica com demais membros e ou convidados das outras comissões do Fórum; - agendamento de reunião com o DVAST para esclarecimentos sobre as questões relacionas à contaminação com agrotóxicos das águas para consumo humano do Tocantins; reunião da comissão para analisar os dados divulgados sobre contaminação da água. Quanto ao objetivo "Acompanhar as medidas mitigadoras e repressivas determinadas pelos órgãos competentes nos casos de danos ambientais e à saúde humana causados pelo uso dos agrotóxicos" a comissão realizou as seguintes ações: - acompanhamento das ações do CEREST-DVAST sobre encaminhamentos de inspeções em ambientes e investigações de intoxicações por agrotóxicos. Em relação ao objetivo "Fomentar e incentivar a elaboração de ações que tenham por escopo o fortalecimento das práticas agroecológicas, de modo a contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e a oferta de alimentos seguros, conforme diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica" a Seagro, Ruraltins, Consea, Ceulp/Ulbra e MAPA participaram na Agrotins 2019 com a Vitrine da agricultura familiar sobre agroecologia, uso de recursos naturais para práticas agroecológicas e outros temas. Em relação ao objetivo "Criar sistema em ambiente WEB para permitir acompanhar e divulgar as boas práticas da produção agroecológica e outras práticas sustentáveis" a relatora da comissão informou que na 11ª RO do Fórum ficou definido que este objetivo seria desenvolvido por uma comissão temporária, com o apoio da Universidade Católica do Tocantins, IFTO e ULBRA. Por fim, a relatora informou que deverá ocorrer sua substituição no Fórum e na Comissão Temática 2, provavelmente pela Mônica Costa da SES-TO. A relatora da Comissão Temática 3, Professora Patrícia Guarda, apontou os principais informes da comissão. Informou que a comissão realizou três reuniões. Informou ainda, que o Sistema Web está pendente. Informou que nas reuniões da comissão 3 foi discutida a construção de um galpão único para armazenamento de embalagens de agrotóxicos, levantando-se dados nas reuniões, porém foi informado que ainda existem pendências quanto às informações sobre a estimativa do volume dessas embalagens. Ficou definido nas reuniões da comissão 3 que os órgãos envolvidos levantariam estas informações, bem como a projeção do volume de embalagens de agrotóxicos. A professora Patrícia informou que outra questão ainda pendente é quanto ao gerenciamento do galpão a ser construído. Ficou definido na 12ª RO a realização de levantamento de informações pertinentes em outros Estados. Em relação ao custo de incineração, foi informado a necessidade de definir qual órgão irá custear. Sugeriu-se a criação de um consórcio para gerenciamento do galpão. No 6º item da pauta, o professor Jackson Barbosa fez quatro informes. Informou sobre projeto do Fórum do Mato Grosso para criação de uma área de interesse comum interestadual com o objetivo de realizar trocas relacionadas à fiscalização e ao monitoramento das ações dos Fóruns Estaduais do Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará. Também, trouxe a informação da existência de um software criado pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso Indea, para controle da comercialização de agrotóxicos no Estado do Mato Grosso. O professor Jackson colocou-se a disposição para disponibilizar ao Fórum Tocantinense informações sobre o referido aplicativo. Em seguida, informou o professor Jackson informou sobre Projeto de Lei para proibir a pulverização aérea no âmbito do Estado do Mato Grosso. Informou sobre evento a ser realizado no dia 08 de agosto de 2019, no Ministério Público Federal. Por fim, apresentou materiais

R

B

105

106

107

108109

110

111

112

113114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133134

135

137

138

139140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

Para verificar/a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: b29edc9c - 9c5d2a35 - a7909d3a - 6ac24f0e

impressos com vários níveis de informações sobre agrotóxico. Posteriormente, o 157 senhor Carlos, representante da Adapec apresentou proposta de ação conjunta 158 para fiscalização das hortas no Município de Palmas. Nesta ação a Adapec 159 fiscalizaria o uso de agrotóxicos e a Secretaria Estadual de Saúde (SES-TO-160 Vigilância) realizaria as coletas para verificar a qualidade das hortaliças 161 comercializadas na Capital. A senhora Gisele Akemi sugeriu que antes da 162 fiscalização devem ser realizadas ações educativas aos produtores, tendo em vista 163 que estes possuem diversas dificuldades para produção. O professor Jackson 164 Barbosa concordou com a explanação da senhora Gisele e elencou que antes da fiscalização deveriam ser realizadas orientações técnicas aos produtores. O senhor Carlos Cesar Barbosa argumentou que a objetivo da ação referida ação conjunta é verificar o que o consumidor palmense tem consumido e que para tanto serão necessários recursos financeiros para realizar as análises laboratoriais. Ficou determinado que o Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos deverá convocar reunião com as três comissões temáticas para tratar do diagnóstico da produção de hortaliças no Município de Palmas e entorno. A senhora Alice, representante do IFTO sugeriu que as comissões façam levantamentos de ações fiscalizatórias realizadas anteriormente quanto ao tema, para serem apresentadas em reunião com as três comissões. Foi informado o interesse da Associação de Engenheiros Agrônomos do Tocantins para compor o Fórum Tocantinense e ficou deliberado o encaminhamento de solicitação à secretaria executiva do Fórum. Por fim, a senhora Alice, representante do IFTO solicitou ser incluída no grupo do Whatsapp da Comissão Temática 2 (Telefone: 992525252). Nada mais havendo a ser tratado, a 12° Reunião Ordinária foi encerrada, às 11h30min, cuja ATA foi por mim, Caroline Silva de Souza Cavalcante, Técnica Ministerial do Ministério Público do Estado do Tocantins, redigida e assinada.

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182